



RECENSÃO

***O Antipatrimónio:  
Fetichismo do Passado e Dominação do Presente,***  
**de Pablo Alonso González,**  
**por Joana Lucas**

---

*Análise Social*, LVI (2.º), 2021 (n.º 239), pp. 389-391

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2021239.09>

ISSN ONLINE 2182-2999

---

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa Portugal — [analise.social@ics.ul.pt](mailto:analise.social@ics.ul.pt)



ALONSO GONZÁLEZ, Pablo

*O Antipatrimónio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2020, 246 pp.

ISBN 9789726716198

Joana Lucas

O primeiro livro de Pablo Alonso González publicado em português chega desfraldando o apelativo (e eventualmente polémico) título *O Antipatrimónio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente*, e surge precisamente num tempo em que a apropriação do património enquanto *matéria*, mas também dos seus *assuntos* e *valores*, pelas ciências sociais se faz enquanto estratégia de sobrevivência – dentro e fora do espaço académico – e de forma iminentemente situacional.<sup>1</sup>

O livro chega também devidamente escorado, com apresentação de Nuno Domingos (ICS-ULisboa), prefácio de Rui Gomes Coelho (Durham University, Reino Unido) e posfácio de Paula Godinho (Departamento de Antropologia, NOVA FCSH) que, ora numa ancoragem à História (e à Arqueologia), ora à Antropologia, e suas aproximações às questões patrimoniais tecem, em consonância com o autor do livro, uma avaliação crítica

do que têm sido as consequências da debulhadora “máquina patrimonial” (cf. Gomes Coelho, no prefácio), quer na produção de discursos sobre identidade e tradição, quer nas marcas que deixa, efetiva e indelevelmente, nos terrenos tangíveis da patrimonialização.

A reflexão sobre o património enquanto “máquina” surge, como já referido, num momento crucial para a Antropologia e outras ciências sociais, tendo em conta que este objeto – o património – se tornou terreno propício para financiamento e empregabilidade, em contexto de escassez de ambos. E, não menos importante, emerge também como um *valor per se*, dando resposta a anseios e expectativas (no sentido, quase sempre, da legitimação de práticas e consagração de lugares) heterogeneamente espalhados pelo mundo, onde, a partir de motivações e estratégias diferenciadas – de cima para baixo, ou de baixo para cima – servirá para confirmar e certificar aspirações para participar no *festim* patrimonial, e beneficiar dele, sendo possível.

Assim, e tendo em conta o aparente consenso social em torno do património enquanto *valor* incontestado, sendo entendido quase sempre enquanto um

1 Veja-se, por exemplo, a este título, a recente criação do Laboratório Associado IN2PAST (Fevereiro de 2021), que junta unidades orgânicas de diversas instituições universitárias e que se debruçará, essencialmente, sobre as múltiplas formas do património: memória, usos do passado, arquivos, museus e monumentos.

valor acrescentado, o exercício crítico de Pablo Alonso González ao longo do livro assemelha-se ao de Teseu ao procurar a saída do labirinto do Minotauro. O património, tal como atualmente é pensado e posto em prática, assemelha-se a um labirinto, a um novelo de questões entre agência e poder, mercado e mercadoria, valor e identidade, estratégia e recurso, autenticidade e recriação, do qual é difícil encontrar uma saída que não seja – porventura a mais fácil para quem o avalia de forma crítica – a de deitar fora o bebé com a água do banho.

Esta saída, que alguns das/os que trabalham nos dias que correm sobre/com as questões patrimoniais procuram que seja airoso, mas, tal como vai ficando claro ao longo do livro de Alonso González, nem sempre é fácil de encontrar e mensurar: ela deverá ser crítica, mas não niilista, benévola, mas não condescendente.

A reflexão presente no livro decorre do trabalho de terreno realizado por Alonso González em *Maragatería*, região situada na província de Leão, no norte de Espanha, e é a partir de uma contextualização histórica e de uma observação etnográfica – ambas densas e finas – que o autor parte para a discussão em *O Antipatrimónio*, alertando para a dimensão iminente situada da sua análise e deixando, já perto do fim, a pergunta à qual andamos a tentar dar resposta: “Como levar a cabo uma crítica radical, negativa e imamente de uma categoria fetichista e hegemónica como o património?” (p. 208), à qual responde insistindo na importância do lugar e do contexto, quer em benefício da análise, quer da crítica.

O livro encontra-se organizado em seis capítulos precedidos por uma introdução, na qual o autor alerta: “(...) não se perguntará em nenhum momento *o que é o património*” (p. 33), assumindo aprioristicamente que se tratará acima de tudo de “(...) um diálogo crítico em busca de correspondência e uma aprendizagem *com Maragatería*, em vez de *sobre Maragatería*” (p. 35). Esta premissa enforma todo o livro, sendo que praticamente todos os capítulos se constroem a partir de reflexões espoletadas por aquilo que é observado no terreno etnográfico, e que dará origem a reflexões sobre raça, etnia e nacionalismo (capítulo 2), a construção do camponês no Noroeste ibérico (capítulo 3), gentrificação (capítulo 4), ou museus e cultura material (capítulo 5).

Digno de destaque, o primeiro capítulo compreende um notável e profícuo estado da arte sobre correntes, teorias, críticas e epistemologias patrimoniais, cuja leitura devia fazer parte de qualquer programa académico que tenha o património por objeto. Nele, Alonso González traça, de forma sistemática e generosa, a genealogia dos estudos sobre património, da qual nem os “estudos críticos do património” saem ilesos. Estes, tal como argumenta o autor: “(...) não trouxeram críticas à própria categoria de património nem formas de pensamento, gestão e prática alternativas (...)” (p. 47).

Esta parece ser, aliás, uma das principais dificuldades que tornam tão espinhosa a tarefa de sair do labirinto patrimonial: se os “estudos críticos do património” se ficam pelo exercício de desmontagem das autenticidades

encenadas e das reinvenções do passado ou, ainda, pela identificação dos beneficiados e dos excluídos do vislumbre da participação no *festim* patrimonial, o que poderá constituir e onde poderá estar a verdadeira crítica ao património enquanto “máquina”?

Para além da enunciação da (importante e útil) premissa de que o ponto de partida para qualquer “tomada de posição” sobre práticas e políticas patrimoniais deverá ser a forma situada como se observa e se pensa sobre as mesmas, e de acordo com “(...) os modos de existência de determinadas comunidades (tanto globais como locais)” (p. 208), de maneira a que nos possamos libertar da abstração do que é *afinal o património*, trata-se, sobretudo, de pensar o património de forma relacional – como “(...) um tipo de relação social que emerge em contextos e situações determinados”, tal como afirma Paula Godinho no posfácio (p. 214).

Ambas as premissas – a da relação que emerge e a do lugar onde isso acontece – parecem-nos, assim, apresentar-se como um vislumbre possível para a saída do labirinto e para uma alternativa ao exercício, tantas vezes estéril e sem escape, da crítica ao *modus operandi* da “máquina patrimonial”. É que, precisamente, é necessário lidar – e cada vez de forma mais alargada – com aquela que é a aspiração de Estados, comunidades, grupos, coletivos, pessoas, etc., ao seu quinhão de *património*.

Por fim, dois apontamentos sobre o que ficou de fora deste livro: 1) a aparente profusa realização de entrevistas

a diversos atores e agentes presentes em Maragateria, da qual apenas temos um vislumbre, não tendo sido mobilizadas para o corpo do texto e que, acreditamos, poderiam consubstanciar a ideia de “aprender *com Maragateria*” a partir das vozes dos seus interlocutores, ouvindo-os; 2) na capa do livro consta uma fotografia que tem como legenda: “Maragatos em feira promocional de turismo em Bangkok” (da autoria de Alonso González) sendo que, contrariamente ao esperado, em nenhum momento o autor faz alusão à forma como esta “promoção” da identidade e do património maragato é feito “para fora”, ou seja, no mercado global do consumo patrimonial enquanto mercadoria, longe dos referentes identitários da *diferença* e da autenticidade em contexto nacional espanhol. Seria interessante perceber como se “vende” e como se “promove” a identidade maragata enquanto *valor* no competitivo mercado patrimonial global, assim como quais os símbolos e referentes que são usados nesse processo. Mas imaginamos que seja exercício para outros enredos.

---

LUCAS, J. (2021), *Recensão “O Antipatrimónio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2020”. *Análise Social*, 239, LVI (2.º), pp. 389-391.

---

Joana Lucas » joana.i.lucas@gmail.com » Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) » Av. Berna, 26 — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-2096-2587>.

---